

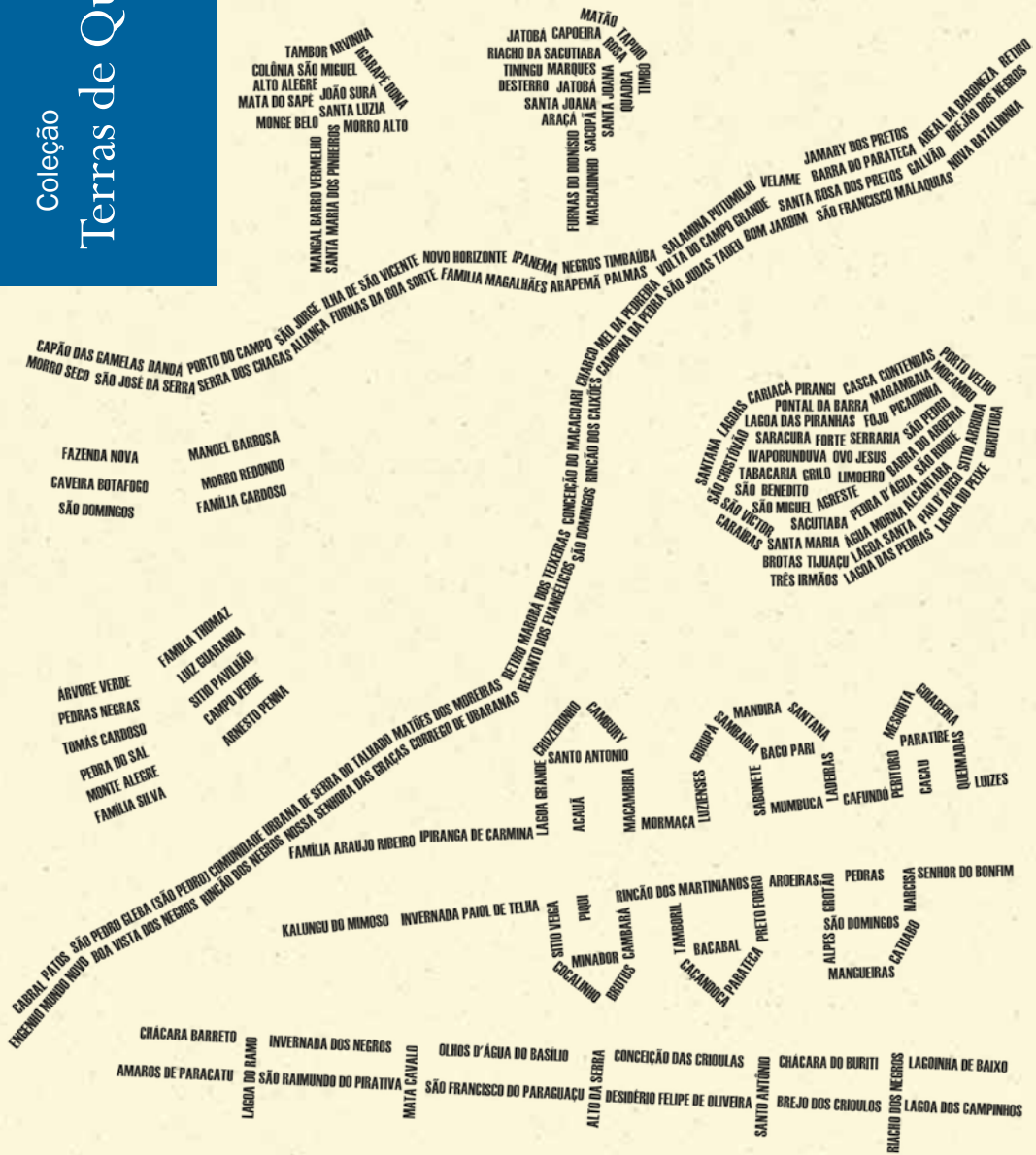


Coleção

Terras de Quilombos

Paraná

Comunidade Quilombola Água Morna



As terras de quilombos

são territórios étnico-raciais com ocupação coletiva baseada na ancestralidade, no parentesco e em tradições culturais próprias. Elas expressam a resistência a diferentes formas de dominação e a sua regularização fundiária está garantida pela Constituição Federal de 1988.

O Decreto 4.887/2003 define que o INCRA é o órgão federal responsável pela titulação dos quilombos, com competência concorrente do Distrito Federal, estados e municípios. Para fins de regularização fundiária, o INCRA elabora Relatórios Técnicos de Identificação e Delimitação (RTID) que reúnem informações fundiárias e cadastrais das famílias, bem como a caracterização antropológica, histórica, econômica e ambiental da área quilombola. Esse trabalho tem gerado um grande acervo de dados, registrando de maneira inédita um arcabouço de manifestações e características dos quilombos nos períodos escravocrata e pós-escravocrata.

O objetivo da parceria entre INCRA, NEAD (SEAD) e UFMG é sistematizar e dar publicidade às informações contidas nos RTIDs, em muitos casos ignoradas pela historiografia oficial. Esse material, registrado no âmbito dos processos administrativos do INCRA, foi transposto para uma linguagem acessível, com o apoio de diversos colaboradores, destacando-se os autores das etnografias dos RTIDs. Os livretos trazem também depoimentos dos próprios quilombolas. Eles testemunham a continuidade de uma luta fortalecida pela esperança de que o conhecimento de sua história garanta finalmente a compreensão da legitimidade de seu pleito pela titulação.

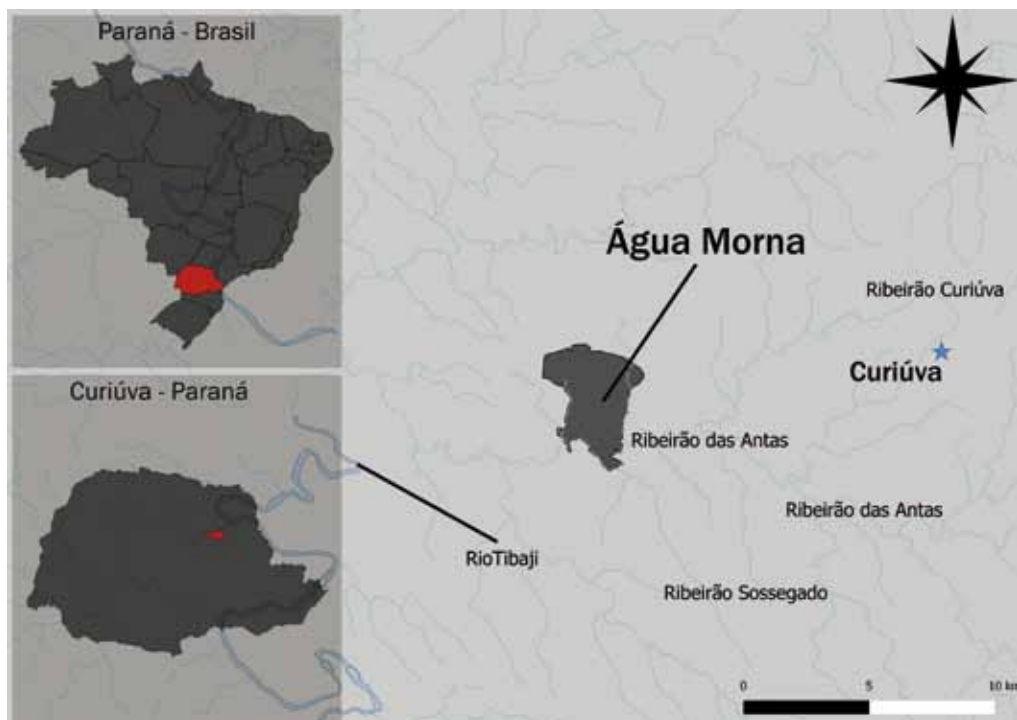
A publicação dos livretos visa, assim, a contribuir para o reconhecimento das comunidades quilombolas, estimulando a difusão de informações qualificadas sobre elas. Reunidas nesta Coleção, as histórias de resistência quilombola agora podem ser conhecidas mutuamente pelos quilombolas das diversas regiões do país. Espera-se também que este material forneça a gestores públicos, educadores, pesquisadores e demais interessados informações acessíveis sobre essas comunidades.



Comunidade Quilombola Água Morna

A Comunidade Quilombola Água Morna está localizada no município de Curiúva, a 299 km de Curitiba/Paraná. No mesmo município está também Guajuvira, outra comunidade quilombola, a 18 km de Água Morna por estrada de terra.

O casal mais antigo de Água Morna foi Maurício Carneiro do Amaral e Benedita de Jesus, conhecida como *Mãe Vêia*, que habitou primeiro um lugar chamado Água Grande, na parte leste do território quilombola, provavelmente desde o final do século 19. A comunidade cresceu a partir dos descendentes desse casal e de suas uniões, inclusive com indígenas habitantes na região. Benedita de Jesus contava que sua família era *costeana*, fazendo referência à costa africana.



E Romana, mãe de Maurício, é referida como uma baiana que lutou na Guerra do Paraguai e foi capaz de sobreviver “a um tempo em que a terra se cobriu de sangue”. Em 1907 o casal conquistou a formalização de sua posse, por meio de um título concedido pela *Secretaria d’Estado dos Negócios de Obras Públicas e Colonização* de Curitiba.

Os moradores formaram sua associação e conseguiram a Certidão de Autorreconhecimento emitida pela Fundação Cultural Palmares, em 26 de julho de 2005, iniciando em 2006 o processo de regularização fundiária através do INCRA. O território delimitado compreende uma área total de 1.230,3813 hectares. Essa delimitação foi baseada no mapeamento da antiga Fazenda Pinhal e na percepção e memória dos atuais quilombolas sobre a história do território.

Em 2011, residiam aproximadamente 50 quilombolas na comunidade, que se formou baseada em uma cultura de fé e sabedoria para a convivência entre as pessoas e seres extraordinários, como o saci, os lobisomens e as almas, que co-habitam o território.

As Mães Vérias vieram, a terra santa surgiu

No período pós-abolição, houve uma alta mobilidade de pessoas libertas da escravidão. Algumas conseguiam acesso à terra para moradia e trabalho em regiões que, na época, eram de menor interesse econômico. Curitiba foi favorável para o estabelecimento dessas pessoas por ser uma região *de fronteira*, recém aberta, fato que contribuiu para o surgimento das comunidades quilombolas Água Morna e Guajuvira.

Os primeiros moradores de Água Morna conseguiram a legitimação de posse de sua terra, expedida pela *Secretaria d’Estado dos Negócios de Obras Públicas e Colonização* de Curitiba em 1907, através do delineamento de um território denominado Fazenda do Pinhal. O título de posse foi entregue aos ancestrais em nome de Maurício Carneiro do Amaral. O mapa da Fazenda do Pinhal, que data de setembro de 1914, identificava oito residências em uma área total de pouco mais de um hectare (11.634.045 m²).



Planta da Fazenda do Pinhal, datado de 02 de setembro de 1914 e titulada em nome de Maurício Carneiro do Amaral. Fonte: RTID/2011.

Por não possuírem uma relação mercantil com a terra, os moradores cediam áreas a quem precisasse construir e viver. Essas pessoas que iam ocupando, nem sempre mantinham essa relação tradicional com o lugar e muitas passaram a vender as áreas cedidas. Tal fato contribuiu para a expropriação do território ao longo dos anos, fazendo com que os moradores tivessem que ir morar em área próxima ao Córrego Água Morna, que passou a denominar a comunidade, e que ficassem confinados em pouco mais de doze alqueires de terras.

A história de Água Morna se inicia a partir da trajetória de deslocamentos do casal ancestral. Não há memória sobre demais parentes ou acompanhantes de Benedita e Maurício, além de suas mães, Francisca e Romana, respectivamente. Alguns relatos falam de um irmão ou uma irmã de Maurício.

Benedita e Maurício se conheceram e se casaram *na estrada*, compartilhando o caminhar a fim de encontrar um lugar definitivo onde viver. Nas andanças, sem caminho pré-definido, várias foram as paradas até chegar à Água Grande, primeira morada dos ancestrais no território quilombola. De todo modo, a comunidade Água Morna inicia mesmo a partir da união e chegada de Benedita e Maurício em Água Grande, sem que haja menção a outras pessoas com eles, nem mesmo a companhia de suas mães.

Aqui esse lugar nosso, eu creio que é uma terra sagrada, é uma terra santa, porque quando o vovô [e vovó] entraram aqui já eles trouxeram Nossa Senhora, [que] acompanhou eles na caminhada. Nessa parte você pensa, me entende, a Mãe Vêia Benedita morreu com 120 anos, nesta terra aqui. Agora o Vô Maurício eu num sei com que idade ele morreu. E ele morreu aqui. (Dona Dejair, moradora de Água Morna)

Ao se fixarem em Água Grande, surge a importante figura do monge São João de Maria, famoso no sul do país. Sua origem e o tempo que viveu como andarilho são incertos. Dona Dejair relata que ele passou pela comunidade em 1912. Sua estadia em Água Grande durou três dias, nos quais transmitiu ensinamentos a Maurício e a Benedita e assentou uma fonte sagrada no local, onde até hoje são batizadas as crianças da comunidade. Antes de sua partida, divulgou uma profecia: eles estavam em um tempo *de muito pasto e pouco rastro*, mas essa relação iria se modificar, chegando um tempo *de muito rastro e pouco pasto*.

D. Dejair, quando criança, tinha imenso desejo de conhecer o monge. Um dia, no caminho para a escola, ela o encontrou aos pés de uma cruz que ficava nos limites do território. O monge disse a ela que era preciso que a fé perdurasse no lugar, como fonte de proteção e de cura. O monge permaneceu no afeto e na memória dos quilombolas não como uma santidade, mas como alguém próximo, cujo retrato, inclusive, é colocado nas casas onde ficam as fotografias de familiares.

O Vinagre de Bom Jesus

Ao chegarem à Água Grande, Benedita e Maurício traziam o Vinagre de Bom Jesus, um remédio feito a partir da fermentação de água adoçada por micro-organismos que produzem uma *bola marrom*, chamada de *mãe do remédio*. Ele é cuidado pelas mulheres e requer uma série de procedimentos para funcionar. Para que o remédio se desenvolva é essencial que seus possuidores tenham fé,

pois do contrário, o Vinagre se desintegra. Quando consumido, deve-se repor uma solução de água com açúcar para que continue sendo produzido.

O Vinagre de Bom Jesus promove o tratamento das chamadas *bichas*, que são lombrigas. Na sabedoria local, observam que as *bichas* podem adoecer ou até mesmo matar quando atuam nos corpos, principalmente das crianças. Elas atacam a partir de uma vontade não realizada que as assanha. Nesse caso, a cura depende de que essa vontade seja revelada e satisfeita, que se faça uso do Vinagre e de benzimento.

A maioria das vontades se relaciona a um desejo por algum alimento, e, nesses casos, o processo deve ter algumas medidas de precaução, para não agravar a situação.



D. Dejair com o Vinagre de Bom Jesus e a matraca herdada de sua avó índia, utilizada na Recomenda, cerimônia pelas almas dos mortos que era realizada na comunidade. Fonte: RTID/2011.

Assim a comunidade cresceu

Maurício e Benedita, tiveram seis filhos: Moisés, Maria da Luz, Adão, João, Ambrosina e Maria Pedrolina. Cinco se casaram. Apenas a filha Ambrosina permaneceu solteira. Todos viveram na comunidade e atualmente somente Maria Pedrolina é viva, sua idade é incerta. Todos os moradores de Água Morna possuem relações de descendência com o casal ancestral. Alguns casamentos

com indígenas são mencionados. Essa relação é muito importante, sendo destacada nos relatos de D. Dejair que menciona sua avó *Índia*, Adelaide, casada com Moisés, filho do casal ancestral. A avó *Índia* ensinou diferentes hábitos alimentares baseados na caça e na coleta, além do consumo de alimentos crus ou pouco cozidos, o uso de panelas de barro e a arte da cestaria.

O casamento entre primos é uma prática comum no quilombo. Também há casamentos de moradores com pessoas “de fora”, às quais é solicitado que respeitem as práticas e os valores compartilhados em Água Morna. Outra forma recorrente são os casamentos não formalizados, conhecidos como *roubo da noiva*. Costumam acontecer quando não há condições de arcar com as despesas da união e a mulher foge à noite da casa de seus pais para se unir àquele que será seu futuro marido.

Plantar e comer em grupo

Marcando as divisas do território estão o Ribeirão das Antas, onde se localizava o “sertão”; o Ribeirão Água Grande, próximo à primeira morada do casal ancestral; e o Córrego Água Morna, área norte do quilombo onde hoje habita a maioria dos moradores.

Quando moravam em Água Grande, os ancestrais plantavam feijão e milho. Nos “sertões”, caçavam, pescavam e coletavam. Rosa-no, morador de Água Morna, comenta que os peixes do Ribeirão das Antas não *sabiam nem pegar o anzol* e seu avô, Otacílio, teve que *ensiná-los*. A caça e a pesca nos “sertões” forneciam não só carne, mas também couro para fazer forro para dormir e para ser vendido, a fim de adquirir roupas e outros itens. Dessa área também retiravam *remédios naturais*.

Segundo D. Dejair, dos “sertões” se retirava “palmito, palmito de palmeira, palmito mole, guaraná, almeirão, a serralha”, além de frutas. Era também importante morada de raposas, cuja banha auxiliava gestantes em seus partos que eram realizados em casa, sem auxílio de médicos. Atualmente, plantam soja e milho no verão e aveia e trigo no inverno. Cultivam também pomares caseiros distribuídos em algu-

mas residências, onde se encontram frutas como mimosas, laranjas, limões, ameixas, pêssegos e amoras. Os moradores plantam também amendoim, batata-doce, cana-de-açúcar, abóbora e hortaliças em geral para consumo. Para a preparação do solo, usam tração animal ou tração mecanizada, alugando máquinas ou emprestando em troca de serviços a terceiros. A maioria das plantações é feita sem adubação química, contando com várias sementes crioulas, como milho, arroz, mandioca e batata-doce.

Há também alguns casos de criação de bicho-de-seda, com conseqüente plantio de amora. No mercado precisam de alguns itens, como açúcar, chá, óleo, farinha de trigo, carne, roupas, calçados, querosene, material escolar e artigos domésticos. Para tanto, necessitam de renda, cujas principais fontes são as aposentadorias, a contribuição dos familiares residentes em centros urbanos e o trabalho, feito *por dia* ou *empreitada*, para proprietários regionais, a quem se referem como *os de fora*.

Os trabalhos para *os de fora* são muitas vezes encarados pelos moradores, como uma forma de escravidão, contrapondo-se aos trabalhos realizados na própria terra, junto com a família. Há uma tendência a priorizar o trabalho feito em grupo de moradores para *os de fora*, quando precisam de renda.

Embora as lavouras na comunidade sejam de responsabilidade de cada família, há cooperação entre os moradores. A realização de trabalhos conjuntos promove momentos de convivência nos quais se brinca, se conta história e se recorda do passado.



Trabalho coletivo na horta comunitária em 2009. Fonte: RTID/2011.



Trabalho coletivo na lavoura de milho em 2009. Fonte: RTID/2011.

Tempo de muito rastro e pouco pasto

Conforme alertou o monge, chegou um tempo em que a vida em Água Morna passou a ser ameaçada pela pressão de novos posseiros e fazendeiros, interessados na terra como mercadoria e acúmulo de riqueza. A experiência de expropriação das terras da comunidade remonta ao início do século 20, facilitada através de circunstâncias em que os moradores foram enganados e levados a negócios duvidosos ou foram diretamente expulsos da terra. Ao longo dos anos, a comunidade sofreu inúmeras pressões por parte de fazendeiros e posseiros que ocuparam o território. A expropriação do território de Água Morna também tem relação com a história do município de Curiúva.

A Estrada do Cerne, atual PR-090, inaugurada no final década de 1930 atravessa o município e, viabilizando o transporte de produtos locais, favoreceu a valorização financeira das terras, o que intensificou a expropriação na região. Nesse processo, madeireiras atuaram na desmatação de muitas florestas de araucária, causando enorme impacto nas comunidades quilombolas. Também se intensificou o plantio de pinus e eucalipto na região, por proprietários *de fora*, atingindo o território tradicional de Água Morna.

Na memória dos moradores, três histórias sobre a expropriação são fundamentais. A primeira delas é a venda de terras na Fazenda do Pinhal e a expulsão dos moradores de Água Grande. A expropriação ocorreu com a má fé de um compadre de Benedita.

“É, foi que a coitada da minha avó, ela era uma pessoa que não compreendia, não tinha estudo nenhum, daí tinha um tal de C., era compadre dela. Só que era lá do outro lado do rio que ele morava, então ele era compadre, aquela coisa, era padrinho da minha mãe, e daí começou a se alinhar com ela e um tal de D. Felisberto e o E., aí se uniram os três e pegar o pinhá, pegar o pinhá dela para vender o pinhal, aí eles pegaram o documento da terra dela. Que pra poder vender o pinhal tinha que ter o documento, e foram vender o pinhal e daí venderam a terra também dela”. (Zelão, morador de Água Morna).

A segunda história marcante de atentado contra o território ocorreu em um incêndio na casa de Otacílio, pai de D. Dejair, após comunicado não justificado para que ele desocupasse o local. Neste caso, houve também a perda efetiva de tudo o que havia na residência, tendo permanecido apenas o Vinagre de Bom Jesus. E esse atualmente é considerado o Vinagre-mãe de todos os outros que continuam a ser preparados pela comunidade. Em outro incêndio, em 1963, houve também a perda de uma filha de Benedita, Ambrosina, que por ter dificuldades de locomoção acabou queimada dentro de sua residência.

A terceira história de expropriação envolve o episódio de falecimento de Benedita. A comunidade pediu auxílio para seu velório e enterro, o que foi atendido e posteriormente cobrado em forma de repasse de terras. As terras adquiridas pelos expropriadores não eram cercadas de maneira definitiva, mas marcadas através de picadas, e se tornavam sempre mais alargadas a cada nova abertura de picadas na mata, adentrando um pouco mais a vizinhança com a comunidade.

Existem várias outras histórias de perda de terra pela comunidade, como a expropriação das terras de Tia Da Luz, filha de Benedita, pelo mesmo indivíduo que cobrou em terrenos por pagamento do velório de Benedita; mas também por parentes distantes de Da Luz, que negociaram as terras dela. O Velho Santana, viúvo de Da Luz, foi expulso das terras, de forma parecida como ocorreu com Adão, irmão de Da Luz.

Aqui todo mundo reza, porque os véio nos ensinou

Todos os moradores da comunidade são católicos praticantes e a religiosidade é uma das experiências principais componentes da comunidade desde a sua formação.

A chegada de Benedita e Maurício ocorre com a vinda da imagem de Nossa Senhora da Conceição adquirida durante a migração. A imagem era da Mãe Velha Francisca, que

transmitiu à Benedita a responsabilidade da devoção. A imagem tem tamanho tão reduzido que contrasta com o andor em que é carregada durante a procissão e quase se perde entre os tecidos e fitas que a envolvem. Mas, sua materialidade é tão insignificante para a fé dos moradores de Água Morna, que não há desejo de substituição.

Nossa Senhora da Conceição é cultuada na comunidade todo dia 08 de dezembro em cerimônia na casa da única filha viva do casal ancestral, Maria Pedrolina. Primeiramente, é preparado o altar na parte externa da casa. D. Dejair é a pu-xadora das rezas antigas. Após as rezas, ocorre a procissão de Nossa Senhora da Conceição e levantamento do mastro com a bandeira da santa. Ao final, é realizado um leilão e a distribuição de um lanche.

Além da celebração dedicada à Nossa Senhora da Conceição, o calendário religioso de Água Morna tem outras festas: 19 de maio, festa de São José; 23 de junho, festa de São João com romaria de São Gonçalo; 16 de agosto, festa de São Roque; além de celebrações na época da Quaresma, Semana Santa, e Natal.

A festa de São João acontece junto com a Romaria de São Gonçalo, na casa de Gentil, que é o anfitrião da festa e também o principal tocador. Antigamente, a romaria era feita por Da Luz e Santana e foi retomada a partir de uma intenção à São Gonçalo, feita por Gentil, visando obter uma cura para dores que sentia nas pernas.

A Romaria de São Gonçalo inicia-se com rezas e leilão, seguida da dança e distribuição de comida para os presentes. Em algumas ocasiões, há também a participação de moradores do Quilombo Guajuvira, liderados por Seu Tutu, importante tocador da região São Gonçalo.

Além dessas festividades, acontecia anualmente em Água Morna a Recomenda, que não tem sido mais realizada. A Recomenda era feita durante o período da Quaresma, nas quartas-feiras e nas sextas-feiras. Era um conjunto de rezas, em números ímpares, realizado para as almas dos mortos nos locais das cruzes, no território da comunidade.



Imagem de Nossa Senhora da Conceição que foi trazida pelo casal ancestral).
Fonte: RTID/2011.

Em outros quilombos, no Brasil, como em Minas Gerais, esse rito é conhecido como Encomendação das Almas. D. Dejair era a responsável pela Recomenda, ritmada com uma matraca herdada de sua *avó índia*.

As cruzes totalizam um número de sete, que é o número mínimo de rezas da Recomenda. A primeira cruz, de cedro, foi levantada em Água Grande pelos ancestrais. As outras seis possuem relações com pessoas específicas que possuíam vínculos distintos com o território, erigidas em um período posterior à expulsão dos ancestrais de Água Grande e se localizam na área de Água Morna – algumas nas fronteiras da comunidade, outras no interior.

Com o passar do tempo e com os atentados contra o território do quilombo, os *de fora* retiraram as cruzes de seus lugares. No entanto, essas cruzes permanecem presentes nas relações dos moradores com o território. Contam que foi pelo desrespeito dos *de fora*, que acusavam a prática de feitiçaria, que interromperam a Recomenda, em Água Morna.

A peregrinação no território visitando as cruzes atualmente é retomada pelas Rezas da Capelinha, realizadas nas residências. Capelinha é como ficou conhecida uma imagem de Nossa Senhora que permanece na comunidade por cerca de 15 dias ao mês, peregrinando pelas casas dos moradores em um trajeto pré-definido. A cada mudança de casa, a Capelinha é acompanhada por rezas do terço e distribuição de lanches na casa que recebe a santa. Essa devoção possibilita reuniões noturnas com participação de mulheres mais novas, bem como de crianças.



Reza durante a festa de Nossa Senhora da Conceição.
Fonte: RTID/2011.



Capelinha na Casa de D. Dejair.
Fonte: RTID/2011.

Tem Saci, tem visagem, tem lobisomem

No território de Água Morna existem presenças misteriosas como as chamadas *visagens*, os *sacis*, *lobisomens*, e as *almas*, sendo necessário um rigoroso respeito aos cuidados de conduta diante desses seres que podem punir severamente aqueles que as desrespeitam. Há alguns momentos em que a comunicação entre as pessoas e esses seres é mais possível, exigindo regras de conduta mais rígidas.

Um desses momentos é o período da Quaresma, especialmente em dias como 25 de março e a Sexta-feira da Paixão, quando a aparição de lobisomens e os ataques às casas são mais propícios. Isso faz com que os moradores tenham que se recolher mais cedo, que evitem deixar suas casas abertas e andar sozinhos à noite. As festas, bailes e outros eventos também são proibidos. O dia 25 de março é concebido como um dia azarento, dia em que “as porcarias estão soltas”, nas palavras de D. Dejair. Esse dia antecede exatamente nove meses ao nascimento de Jesus e é tido pelos moradores como o dia em que o Anjo Gabriel anunciou a gravidez de Maria. Para a anunciação, foi necessária que se realizasse uma abertura excepcional do mundo terreno ao sobrenatural.

As *visagens*, que são aparições, povoam os relatos dos moradores. Através delas, pode-se ter acesso às panelas de dinheiro, que teriam sido enterradas no passado, no território. Após a morte da pessoa que enterrou o tesouro, ela surgiria como *visagem* para entregá-lo a alguém escolhido. No entanto, o escolhido precisa ter coragem para enfrentar o medo das aparições, experiência que pode ser assustadora. A pessoa que encontra com uma *visagem* não pode transmitir as informações sobre as panelas de dinheiro a outros, pois foi escolhida pelas almas de forma única. Embora seja uma possibilidade que já tenha se apresentado a alguns moradores, nenhum conseguiu agir a tempo suficiente para encontrar o tesouro.

As visagens não se resumem a almas de pessoas mortas, mas também são seres extraordinários não humanos que habitam e aparecem em locais do território, como os lobisomens, o saci e os boitatás.

Lá onde os peixes não conheciam anzóis, Nossa Senhora da Conceição chegou com o movimento das mães véias. Fez santa a terra, sertão morada de Saci. Terra que dá o alimento para o corpo - *ai do corpo passar vontade; as bichas se assanham!* Mas, mais sabida é a mãe véia Benedita, que numa garrafa de vidro, fez crescer remédio que dá prumo. Terra santa criada, terra santa expropriada, terra santa regularizada. O movimento, que segue com a fé vivida junto aos córregos e ribeirões - a curva que faz é a da lembrança. Lembrar para continuar, lembrar para viver mais e ter mais lembranças. **Água Morna, terra santa, onde as cruzeiras e os encantos vivem juntos, numa relação de respeito da comunidade com toda a natureza.** O processo de regularização do território de Água Morna se encontra em fase na qual o INCRA reconhece os limites do território quilombola através de uma Portaria de reconhecimento publicada no Diário Oficial da União e do estado do Paraná.

Esta narrativa foi elaborada por Lânia Mara Silva a partir do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação do Território da Comunidade Remanescente de Quilombo Água Morna, elaborado em 2011, pelos antropólogos Lílina de Mendonça Porto, Carolina Kaiss e Ingeborg Cofré; engenheiro agrônomo Cláudio Luiz G. Marques; analista em reforma agrária Sandro Márcio Fecchio; geógrafa Fernanda Oliveira Rocha Xavier.

Uma palavra da comunidade

Água Morna

Atualmente a Comunidade Água Morna é formada por 17 famílias, aproximadamente 60 pessoas. E o autorreconhecimento quilombola foi importante para estabelecermos parcerias governamentais que implantaram políticas públicas como o “Luz para Todos”, a instalação da canalização de água – ainda a ser finalizada – e recursos para criação de uma horta comunitária entre os anos 2007-2009, hoje desativada.

Aproximadamente 40% da população é constituída por aposentados e a principal renda é obtida pela agricultura familiar com plantio de milho, arroz, feijão e outros, com a criação de frango, galinha botadeira, galinha caipira e serviços que prestamos em fazendas vizinhas, pago por dia de trabalho. E há aqueles que trabalham fichados (com carteira assinada), mas que sonham trabalhar nas terras da comunidade, afinal, ficam durante a semana, ou mais dias, residindo longe de suas casas e famílias.

Em relação à educação e saúde, as pessoas da comunidade são atendidas por duas escolas e um posto de saúde que ficam localizados no bairro vizinho, chamado Felisberto. Os estudantes têm acesso ao transporte escolar, que percorre cerca de 12 quilômetros de ida e volta às escolas. E o atendimento conta com consulta médica, em pelo menos 3 dias por semana, visita médica nas casas de enfermos e acompanhamento mensal das agentes de saúde, que são moradoras de Água Morna.

No território há igreja, roças de plantio, lago de criação de peixes, floresta (reserva de mata) e casas construídas, sobretudo de madeira (algumas muito precárias) e o centro comunitário. A associação quilombola possui pequeno número de associados, que se justifica, possivelmente, na descrença da efetividade de políticas públicas necessárias para o bem-estar da comunidade e/ou pelo receio de serem intimidados diante de histórias reais de ameaças junto às lideranças de Água Morna. Destaca-se que nos foi cortado o envio de cestas básicas e houve cortes no acesso de algumas famílias ao Programa Bolsa Família. Então, a maioria se ressentida com esses acontecimentos.

Atualmente, o maior sonho da comunidade é também o sonho da mãe de Rosano: que um dia *consigamos estar todos unidos, trabalhando e vivendo dentro da comunidade como era antes*. Diante desse sonho, Rosano presta homenagem à sua mãe, Dejair Alves de Lima, que foi parteira na comunidade, e José Maria Pinheiro Lima, seu pai. Pois são pessoas de respeito que os fortalecem nos momentos mais difíceis – principalmente no trabalho com os *de fora* – e por apoiar as famílias não só como pais, mas também como amigos.

Palavra elaborada por Aline Neves Rodrigues Alves, através de entrevista concedida por Rosano Aparecido Lima, presidente da Associação da Comunidade Negra Rural de Água Morna, em 22 de outubro de 2017.

Projeto Formulação de uma Linguagem Pública Sobre Comunidades Quilombolas

PARCERIA	INCRA/CGPCT/NEAD; UFMG/OJB, CERBRAS
COORDENAÇÃO GERAL	Lilian C. B. Gomes, Juarez Rocha Guimarães, Leonardo Avritzer, Rodrigo Ednilson de Jesus
CONCEPÇÃO DE TEXTO, EDIÇÃO FINAL E SUPERVISÃO	Fernanda de Oliveira, Juarez Rocha Guimarães, Rodrigo Ednilson de Jesus
CONSULTA ÀS COMUNIDADES	Aline Neves Rodrigues Alves
ADMINISTRAÇÃO	Agnaldo P. Ferreira Júnior, Danúbia Zanetti, Priscila Z. Martins
MAPAS E FOTOGRAFIAS	Alexander Cambraia N. Vaz
PROJETO GRÁFICO	Paulo Schmidt

S586cm Silva, Lânia Mara

Comunidade Quilombola Água Morna / Lânia Mara Silva. - Belo Horizonte: FAFICH, 2017.

16 p. (Terras de quilombos)

Baseado no Relatório técnico de identificação e delimitação do território da Comunidade Quilombola Água Morna de Liliana Porto.

1. Quilombos. 2. Antropologia. 3. Porto, Liliana de Mendonça. Relatório técnico de identificação e delimitação do território da Comunidade Quilombola Água Morna. I. Título. II. Série.

CDD:306
CDU:39

MICHEL TEMER
Presidente da República

ELISEU PADILHA
Ministro da Casa Civil

JEFFERSON CORITEAC
Secretário Especial de Agricultura Familiar
e do Desenvolvimento Agrário

JOSÉ RICARDO RAMOS ROSENO
Secretário Executivo Adjunto

CARLOS EDUARDO OLIVEIRA BOVO
Diretor do Núcleo de Estudos Agrários e
Desenvolvimento Rural - NEAD

JÚLIO BRAGA MANDÚ
Coordenador do Núcleo de Estudos Agrários
e Desenvolvimento Rural - NEAD

LEONARDO GÓES SILVA
Presidente do Instituto Nacional de
Colonização e Reforma Agrária - Incra

ROGÉRIO PAPALARDO ARANTES
Diretor de Ordenamento da Estrutura
Fundiária - Incra

ANTONIO OLIVEIRA SANTOS
Coordenador Geral de Regularização
de Territórios Quilombolas - Incra

GUILHERME MANSUR DIAS
ISABELLE ALLINE LOPES PICELLI
JULIA MARQUES DALLA COSTA
Coordenação Executiva do Projeto

SERVIÇOS QUILOMBOLAS
Apoio técnico — Superintendências do
Incra nos estados

A Coleção Terras de Quilombos

reúne um conjunto de narrativas a respeito da formação, do modo de vida e das lutas travadas por comunidades quilombolas brasileiras para se manter em seus territórios tradicionais. Em cada livreto, uma comunidade quilombola é apresentada em sua singularidade.

Ao todo, a Coleção oferece um panorama da diversidade de trajetórias vividas por ex-escravizados – incluindo por vezes indígenas e grupos em outras situações sociais – para conquistar a sua independência e se estabelecer na terra autonomamente. O fato de terem sido deixados à própria sorte após a Abolição resultou em uma multiplicidade de caminhos percorridos para conseguirem consolidar os seus territórios. Foram muitos os modos como ocuparam as suas terras e distintas as maneiras como formaram as suas comunidades, enfrentando todo tipo de desafios para se relacionarem livremente com seu entorno.

O conceito de quilombo esteve associado ao período da colônia e do império. Com a Abolição, os quilombos deixaram de ser mencionados, como se o fim de quatro séculos de escravidão significasse a garantia de liberdade. No entanto, os quilombolas continuaram e continuam a lutar para reproduzir seus modos de criar, fazer e viver, resistindo às dificuldades, injustiças e preconceções legadas pelo período escravocrata. São essas as histórias narradas nesta Coleção. São histórias do Brasil vistas pelo prisma de quem, com suas tradições, formas de vida, religiosidades e respeito à terra, enriquece o mosaico da sociodiversidade brasileira.

UFMG

CERBRÁS
CENTRO DE ESTUDOS
RURAIS E SOCIAIS

IB
CES - AL

Quilombos

INCRA nead

SECRETARIA ESPECIAL DE
AGRICULTURA FAMILIAR E DO
DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO

CASA CIVIL

BRASIL
GOVERNOS UNIDOS